



## **DINÂMICA URBANO REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO**

**Uma trajetória marcada pela intensificação das relações capitalistas globalizadas**

Giovanilton André Carretta Ferreira

Gilton Luis Ferreira

### **Resumo**

Este artigo se propõe a refletir sobre a formação econômica do Espírito Santo, demonstrar e analisar as forças determinantes e os resultados desta trajetória no intuito de compreender a gênese das diferenças e desigualdades regionais do estado, com ênfase no entendimento da sua atual dinâmica urbano-regional e das transformações recentes estimuladas por um novo ciclo de investimentos econômicos de grande porte, capitaneado pelo setor de petróleo e gás natural, a partir do início da década dos anos 2000.

**Palavras chave: Espírito Santo, dinâmica urbano regional, globalização.**

### **Apresentação**

Iniciando com uma breve análise da formação da economia capixaba - que tem como recorte temporal o processo de industrialização do estado, período situado entre meados do século XX e os anos iniciais do século XXI - são expostas duas linhas de entendimento sobre a inserção das ideias desenvolvimentistas no Espírito Santo, contrapondo um entendimento até bem pouco tempo hegemônico nos meios oficial e acadêmico.

Visando avaliar os principais impactos socioespaciais deste processo, bem como os seus rebatimentos na dinâmica urbano-regional e no processo de metropolização da Grande Vitória, discute-se a transformação ocorrida na economia do Espírito Santo, a partir dos anos 1960, pautada pela desestruturação de sua economia com predomínio na pequena propriedade e na reestruturação sobre as bases urbano/industrial, que transcorreram de forma brusca e concentrada no aglomerado urbano polarizado pela capital Vitória.

## **Breves notas sobre a formação da economia capixaba**

A abordagem predominante nos estudos da economia capixaba associa a inserção do estado do Espírito Santo, de forma retardatária, no projeto geopolítico para a “modernidade”, promovido pelo regime militar de acordo com o seguinte roteiro:

- ✓ O Espírito Santo localizava-se na periferia do desenvolvimento capitalista nacional, mesmo situando-se próximo à região mais dinâmica do país em termos econômicos;
- ✓ Os principais determinantes deste atraso eram uma economia pouco diversificada, arcaica e fortemente dependente da produção e comercialização de um único produto, o café, cuja dinâmica econômica local não gerava os excedentes e as condições necessárias para impulsionar a industrialização capixaba;
- ✓ A crise de superprodução do café e a política federal de erradicação dos cafezais geraram uma grave crise no Espírito Santo que, mesmo tendo sua base agrária alicerçada na pequena propriedade familiar, tal particularidade constituiu um elemento catalisador da referida crise;
- ✓ A política nacional desenvolvimentista e o capital internacional que passam a incidir mais fortemente no estado, juntamente com esforços conjuntos de atores políticos e alguns incentivos locais para a industrialização, criam possibilidades para uma diversificação da estrutura produtiva, apontada como solução para a crise e para a inserção do estado na rota do “desenvolvimento” e da “modernização”.

Essa interpretação, alimentada por documentos, pesquisas e estudos produzidos pelo Poder Público, não ficou restrita ao discurso desenvolvimentista da época. Conforme Daré (2010), essa concepção ganhou força e legitimidade a partir da reprodução em trabalhos acadêmicos, livros didáticos, na imprensa, além de ser um ideário bastante presente no debate político e acadêmico local até os dias atuais.

Ainda segundo Daré (2010), outros olhares que buscam construir novas leituras sobre o projeto de desenvolvimento do Espírito Santo, dando visibilidade principalmente aos excluídos do projeto desenvolvimentista, bem como aqueles que visam desconstruir alguns “mitos”, têm sido produzidos recentemente nas ciências sociais, a saber:

- ✓ A visão desenvolvimentista, que se inseriu no país e no Espírito Santo, a partir de 1960, adotou uma política de superação das desigualdades regionais, combinadas à ideologia do desenvolvimento industrial e da cidade como lócus privilegiado da



produção da riqueza, realizando uma leitura do desenvolvimento através de um pensamento dualista que definia setores modernos (indústria e atividades urbanas) e setores atrasados (associados ao campo);

- ✓ A agricultura familiar no Espírito Santo não estava em crise, na década de 1960, nem foi o responsável por ela, apesar do discurso desenvolvimentista e de grande parte da leitura acadêmica ter identificado a “base agrária” do estado como a raiz da “crise”;
- ✓ Por trás da ideia de crise e da solução apontada pelo desenvolvimentismo, havia uma intencionalidade vinculada à territorialização do capital, aliada à desterritorialização da agricultura camponesa, liberando as terras para introdução das monoculturas de exportação, assim como mão-de-obra para os projetos industriais, para as obras públicas de infraestrutura e imobiliária na Grande Vitória;
- ✓ O resultado dessas transformações no Espírito Santo se alastrou por todo o seu território, alterando radicalmente as formas de produção e as relações de trabalho no estado, sendo que tais alterações se materializaram principalmente na concentração fundiária, perda de diversidade, esvaziamento das áreas rurais e concentração urbana.

Estas características iniciais, apontadas sobre a economia capixaba são interpretadas e diagnosticadas por relatórios e estudos produzidos pelo Poder Público, a partir dos anos de 1960 que, de acordo com Daré (2010), identificam um quadro de estagnação da economia capixaba, com evidências de subdesenvolvimento e relativo atraso comparado aos demais centros do país, em função da sua base agrária concentrada em pequenas unidades rurais<sup>1</sup>. Havia uma forte dependência econômica do café para a formação da renda territorial do setor primário e para as finanças públicas estaduais, mesmo este produto sendo classificado como de qualidade inferior e produzido através de técnicas consideradas rudimentares e com baixa produtividade. Não obstante, a má qualidade do café capixaba, a autora afirma que havia mercado certo para o produto, justamente em função desta baixa qualidade que apresentava, facilitando o escoamento da produção para mercados tradicionais de produtos inferiores.

---

<sup>1</sup> O Espírito Santo é um dos estados brasileiros que apresenta uma das mais baixas taxas de concentração fundiária do país, apesar das fortes distinções internas entre suas microrregiões.

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



Outros aspectos levantados por Daré (2010), que se contrapõem ao discurso oficial da época, são importantes de serem ressaltados. Ao contrário dos comerciantes, que apresentavam forte dependência de um único produto, os agricultores familiares não eram tão susceptíveis “as crises” nos preços do café, visto que desenvolviam uma agricultura diversificada, quase que de subsistência. Apesar de o café se destacar como principal produto, ele não era a única cultura presente nas pequenas propriedades, nem mesmo a única comercializável, o que garantia maior grau de autonomia para a sobrevivência dos agricultores capixabas.

Mas como o discurso desenvolvimentista estava inserido na lógica mercadológica, esta comercialização local era considerada “uma ‘comercialização ruim’, pois eram ‘limitadas à prática do escambo’, uma vez que as unidades familiares apresentavam um nível de exploração típico de uma economia de subsistência” (ASPLAN, 1968 apud DARÉ, 2010, p. 169). Assim, conforme aponta a autora, a agricultura familiar passa a ser identificada como causa do “atraso” do desenvolvimento do Espírito Santo em relação aos principais centros econômicos do país.

Ainda segundo Daré (2010), de acordo com dados dos Censos Agropecuários de 1920 a 1960, podem ser evidenciadas algumas mudanças no estado, que antecedem a crise de superprodução do café e a política de erradicação dos cafezais.

A partir da década de 1940 a expansão do café no estado ocorre basicamente pela expansão de áreas no norte capixaba, possibilitada pela superação do Rio Doce, com a construção da Ponte Florentino Avidos, em Colatina. Como resultado o vale do Itabapoana, no sul do estado, deixa de ser a principal região produtora de café do Espírito Santo, perdendo o posto para o vale do Rio Doce. Uma característica que cresce nesta nova região é a coexistência de pequenos imóveis rurais e outros de maior dimensão. Enquanto nas regiões Sul e Centro do estado, entre os anos de 1920 e 1960, ocorre uma redução da área apropriada por estabelecimentos com área superior a 500 ha, na região norte ocorre um processo inverso, tanto com um aumento no número de estabelecimentos acima de 500 ha, como também na área apropriada por eles, em especial a partir de 1940.

Ainda conforme Daré (2010), esses dados indicam que novos vetores, já na década de 1940, atuavam no Espírito Santo no sentido de ampliar a concentração fundiária no norte. Tais vetores estavam relacionados à produção extensiva da pecuária e da extração de



madeira, que passam a valorizar e criar um mercado de terras nessa região, restringindo o acesso à terra pelas famílias camponesas. Desta forma, é preciso relativizar as teses que vinculam a viabilidade do modelo de unidades familiares no estado, enquanto estava garantida a “abundância” de terras para sua reprodução. Na realidade o que passa a ocorrer no norte do estado é uma maior concentração da terra em detrimento do modelo de pequena propriedade rural que predominava no estado.

Da mesma forma, a ideia de um “esgotamento” das terras, por volta de 1960, levou “naturalmente” a uma limitação da reprodução deste modelo de pequenas propriedades rurais. Contrariando esse pensamento, os dados do censo de 1960 e 1970 demonstram um crescimento da área agrícola em torno de 31%, o qual derruba a tese do “esgotamento” das terras, no período. Vale destacar que, no referido período, houve um aumento das áreas cultivadas com arroz, feijão, mandioca, milho, cacau e cana-de-açúcar. Na realidade, o que ocorreu foi um aumento da participação percentual das propriedades acima de 100 ha. Estes fatos demonstram que a estratégia desenvolvimentista buscava viabilizar as áreas para a produção de monoculturas em grandes propriedades rurais necessárias para a inserção do capital nacional e internacional no Espírito Santo. Neste intuito, a política de erradicação dos cafezais foi à solução que faltava.

Na segunda metade da década de 1950, ocorreu uma crise de superprodução no país, que foi agravada com a queda internacional dos preços do produto. De maneira diferenciada das crises anteriores, o governo federal ao invés de constituir estoques para amenizar a crise, criou um Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura (Gerca), no início dos anos 1960, que adotou três diretrizes básicas: promoção da erradicação dos cafezais antieconômicos, a diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e a renovação de parcela dos cafezais<sup>2</sup>.

A exemplo do que ocorreu em outros momentos, a crise de 1960 não passou de uma “crise” de preços. Se, por um lado, como demonstrado, os agricultores familiares não sofreram tanto com esta “crise” dos preços, por outro, os comerciantes, a economia urbana e as

<sup>2</sup> Foram erradicados 13% dos cafezais brasileiros. O Espírito Santo respondeu por 22% destes e por 20% de toda a área cultivada, o que significou a perda de 53,8% dos cafezais capixabas (VILLASCHI, 2011). Esta situação gerou a perda direta de 60 mil empregos (ROCHA E MORANDI, 1991 apud VILLASCHI, 2011). Isto equivalia a cerca de 200 mil pessoas migrando do campo para as cidades, dos quais se estima que 120 mil se dirigiram para a região da Grande Vitória e 80 mil deixaram o estado (MEDEIROS, 1977 apud VILLASCHI, 2011).



finanças públicas, todos muito dependentes deste produto, foram fortemente impactados (Daré, 2010).

É neste contexto que é formulada a ideia da “crise”, cuja solução apontada foi a superação da estrutura cafeeira, baseada na pequena unidade familiar. Mas, como podemos verificar, a agricultura familiar não estava em “crise” e nem era responsável por ela, apesar de o discurso desenvolvimentista ter identificado na “base agrária” do estado a raiz da “crise”. Porém, como os agricultores familiares não tinham poder político, pois este estava concentrado nas mãos da elite urbana mercantil, acabaram sofrendo as consequências da “crise”.

Dentro desta lógica, de territorialização do capital e desterritorialização do camponês para o urbano, a solução foi a diversificação produtiva pela via da industrialização, principalmente no setor minero-siderúrgico, com os investimentos concentrados, sobretudo, na Grande Vitória e no seu entorno próximo.

Na área rural passa-se a adotar um regime de aproveitamento racional assentado em base técnico-científica com a especialização da produção com gêneros voltados para a exportação, em especial o eucalipto no norte do estado para abastecer as empresas Aracruz Celulose S.A, Floresta Rio Doce S.A e a Bahia Sul Celulose, que passam a atuar no estado na produção de papel e celulose. A cana-de-açúcar expande-se para o norte do estado, se mantém no extremo sul e a partir de 1980 ocorre um crescimento significativo do setor em função do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), criado em 1975 pelo Governo Federal.

A pecuária extensiva torna-se uma importante atividade no estado, a partir de 1970, com o percentual da área de pastagem em relação à área total agropecuária do estado saltando de 28,48%, em 1960, para 52,22%, em 1980 (DARÉ, 2010). O café continua como uma das principais culturas do estado.

O discurso oficial desenvolvimentista ao caracterizar o norte do estado como extensos vazios demográficos - desconsiderando as comunidades tradicionais existentes, prioriza essa região para a expansão do capital através da silvicultura e pecuária, tornando “invisíveis” os inúmeros camponeses, posseiros, indígenas e quilombolas, que lá há muito já viviam, o que faz ampliar a concentração fundiária nessa área do estado. Confirmam-se, assim, as palavras de Massey (2009, p. 101), de que “recontar a estória da modernidade



através da espacialização / globalização expõe as precondições da modernidade e seus efeitos de violência, racismo e opressão”.

Como principais consequências dessa desterritorialização / concentração fundiária no Espírito Santo, muitos camponeses foram obrigados a deixar a terra e migrar para as cidades, cumprindo, assim, uma dupla função no projeto desenvolvimentista: liberou e concentrou as terras para a introdução das monoculturas de exportação e, ao mesmo tempo, viabilizou a mão-de-obra para os investimentos de grande porte na Grande Vitória. A desigual distribuição espacial dessa dinâmica econômica ocorrida no Espírito Santo, e, em especial, na Grande Vitória, produziu no âmbito territorial desequilíbrios e descompassos, tanto no nível regional quanto microrregional e intraurbano, os quais passam a ser abordados a seguir.

## **O processo de metropolização da Grande Vitória**

A transformação ocorrida na economia do Espírito Santo, a partir dos anos 1960, pautada pela desestruturação de sua base econômica anterior - setor agrário, com predomínio da pequena propriedade - e da sua reestruturação, a partir dos setores urbano/industrial e da monocultura para exportação, transcorreram de forma brusca e concentrada no aglomerado urbano polarizado pela capital Vitória. A microrregião experimentou investimentos industriais, ferroviários e portuários de grande porte, dos setores mineral-exportador, siderúrgico, celulósico e de comércio exterior. Os investimentos se consolidaram e se ampliaram, passando fisicamente a dela fazerem parte, e, simultaneamente, gerando fortes impactos socioculturais e uma fragmentação e segregação socioespacial.

A economia internacional e a política desenvolvimentista nacional tiveram papel determinante neste redirecionamento da economia estadual, bem como sobre a estruturação da metropolização da Grande Vitória, que teve na cidade de Vitória não só o papel centralizador administrativo, como também o de núcleo polarizador de uma aglomeração urbana em formação.

O Poder Público local atuou no processo de metropolização, com investimentos e a implantação de políticas nos setores de infraestrutura econômica e urbana essenciais para a nova dinâmica em processo. Os investimentos urbanos foram direcionados para prover as condições mínimas para reprodução social da massa de trabalhadores atraída para a

região, como promoção de novas habitações, infraestrutura de água, drenagem e pavimentação, melhorias no sistema viário e de transporte rodoviário.

A metropolização da Grande Vitória consolidou um sistema infraestrutural com conexões supranacionais o qual se estruturou ao longo da histórica relação com a macrorregião situada basicamente entre Belo Horizonte e Vitória, determinada por operações de mineração, siderurgia e produção de celulose. Uma configuração territorial constituída pela implantação de infraestrutura industrial e logística em larga escala, encerrando processos urbanos determinantes da modernização do país. Uma região onde as condições da integração global do Brasil estão sendo, em boa parte, agenciadas tornando-se cada vez mais flexível, “afetando profundamente as situações urbanas e ambientais locais, com a emergência de novos tipos de atividades econômicas e de ocupação do espaço, gerando novas relações entre empresas, governos e comunidades” (BRISSAC PEIXOTO, 2004: 2).

Tão grande quanto o vulto dos investimentos e a ampliação da infraestrutura de suporte às atividades econômicas que o estado passou a receber no processo de metropolização da Grande Vitória, foram as rupturas geradas nas ordens econômica, demográfica, social e política, e que são definidoras da atual configuração socioespacial dessa microrregião.

O caráter drástico das rupturas no perfil da população local implicou uma maior complexidade do seu quadro social, assim como nas formas de ocupação e organização do território, que passaram a apresentar como marca principal do período a intensa expansão da periferia e o acirramento de um processo de urbanização desordenado e desigual.

A precarização das condições de vida de uma grande parcela da população da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), bem como os seus consequentes impactos sociais, é considerada como um dos resultados mais perversos da radical transição de uma economia agrário-exportadora para a do tipo urbano-industrial no estado. Tal processo intensificou a expansão irregular e indiscriminada do solo urbano e mudou significativamente a paisagem da metrópole em construção. A maioria dos favelados<sup>3</sup> sobrevivia em condições

---

<sup>3</sup> Segundo Siqueira (2001), dos 706.263 habitantes concentrados na Grande Vitória em 1980, o impressionante número de 338.507 pessoas (47,9%) eram consideradas carentes. Desse total, 281.391 residiam em 83 áreas identificadas como favelas (habitações desumanas, sem condições mínimas de higiene, deficiência nos serviços de abastecimento de energia elétrica, água e de saneamento básico) distribuídas, sobretudo na periferia da região metropolitana.



subumanas, em locais desprovidos de qualquer tipo de condições mínimas de habitabilidade e de atenção por parte de serviços públicos e infraestrutura básica (SIQUEIRA, 2001).

O acirramento da desigualdade socioespacial, a partir da década de 1980 na RMGV, foi materializada através do aumento da miséria, da urbanização desordenada, aliado à concentração da riqueza nesta região do estado vis-à-vis à carência de intervenções por parte do setor público. Nesse sentido, de acordo com Mattos (2011), tais fatores característicos da metropolização de Vitória contribuíram fortemente para o aumento da violência urbana, confirmando a forte correlação entre a segregação socioespacial e a violência na Grande Vitória, pois mesmo com a região possuindo um dos mais altos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, tem se mantido nos primeiros lugares das listas das regiões metropolitanas mais violentas do Brasil.

No âmbito político-econômico, a consolidação das empresas ligadas aos grandes projetos industriais no Espírito Santo passa a influenciar a sociedade capixaba, em particular, a Grande Vitória, sob os mais diversos aspectos, que vão da produção do espaço à ampliação da economia de serviços, do comprometimento dos investimentos estatais ao estímulo ao mercado imobiliário, do processo migratório à transformação da estrutura social e o consumo de bens e serviços. Desse modo, um novo poder se estabelece, conforme Simões (1998 apud ABE, 1999, p. 138), sugerindo que:

(...) os “Grandes Projetos” passem a ser tratados enquanto “Centros de Poder”, cujas decisões estruturam e modelam, em termos macro, a estratégia provável de crescimento econômico, deslocando as agências de planejamento e desenvolvimento governamentais, no âmbito estadual, para a problemática social, ambiental, [...] Procurando concretizar a estratégia de crescimento sob a ótica eminentemente “privatista”, esses centros de poder:

- a) Definem políticas públicas próprias;
- b) Pressionam e/ou interferem para/na formulação de políticas estatais, nos três níveis de poder;
- c) Alavancam e/ou viabilizam reivindicações estaduais, seja do Governo, sejam da iniciativa privada, junto ao Governo Federal, às agências de financiamento.

O estado do Espírito Santo, em especial, a Grande Vitória, está subordinado, em grande medida, ao desempenho desses “Centros de Poder”, não somente pela sua relevância econômica e importância da ampliação da área de influência metropolitana, mas, sobretudo,

pela impotência, cada vez maior, do comando político local e da sociedade civil, em relação às decisões estratégicas sobre os destinos do desenvolvimento do estado.

Tal subordinação aos “Centros Poder” parece transmutar-se ou agravar-se atualmente por uma dupla condição: no âmbito geral, pela intensificação do processo de globalização e os seus reflexos sobre os territórios, que apresentam como expressão recente no Espírito Santo, um novo ciclo de investimentos econômicos de grande porte<sup>4</sup>, capitaneado pelo setor de petróleo e gás natural, a partir do início da década de 2000.

Conforme aponta Villaschi (2011), a financeirização mundializada facilitou a entrada de empresas localizadas no ES (Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST e Aracruz Celulose) ou com importantes bases operacionais no estado (tais como a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e a Petrobrás) no mercado financeiro, submetendo a gestão e a produção destas empresas à volatilidade e à liquidez do mercado. Não esquecendo de mencionar a necessidade/oportunidade de encontrar alternativas de aplicações financeiras, seja através de privatizações - como no caso da CST (ArcelorMittal) e da CVRD (Vale), ou pelo mecanismo de fusões (Aracruz Celulose – Fibria), que mudaram o controle acionário dessas empresas.

Ainda segundo o autor supracitado, estas mudanças têm induzido uma crescente perda de vínculo entre tais empresas e o restante da formação socioeconômica capixaba. Como, por exemplo, pode ser citada a transferência de importantes unidades administrativas dessas empresas (Vale, Fibria e ArcelorMittal – as duas últimas suas respectivas diretorias) para outros estados, permanecendo no Espírito Santo apenas suas bases operacionais - as instalações de processamento e circulação de produção e de unidades de apoio operacional. Soma-se ainda, do ponto de vista simbólico, a desvinculação do nome das empresas da sua localização vinculada ao território capixaba (a Vale do Rio Doce ficou apenas Vale – a Aracruz Celulose se tornou Fibria – e a Companhia Siderúrgica de Tubarão passou a ser ArcelorMittal Tubarão).

---

<sup>4</sup> Na primeira década do século XXI, os investimentos de grande porte no Espírito Santo continuaram concentrados nos setores tradicionais da economia capixaba: na mineração, na siderurgia e na celulose. A novidade foram os avanços significativos no setor de energia, relacionados ao aumento da importância relativa do Espírito Santo na indústria do petróleo e gás natural no país, se consolidando no segundo lugar na produção de petróleo, atrás apenas do estado do Rio de Janeiro e a terceira colocação entre as unidades da federação produtoras de gás natural.

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



A articulação dessas empresas com o restante do setor produtivo se limita ao fornecimento de insumos e à prestação de serviços especializados (metalomecânica). Mesmo as incipientes relações do passado das empresas com a sociedade e a universidade diminuíram e tem focado em campanhas institucionais de construção de imagem pela mídia, visto que as esferas de decisão estratégica estão em outros territórios (VILLASCHI 2011). Emerge, assim, a “sensação” da impotência das escalas menores (local, regional ou mesmo nacional), no enfrentamento de questões macroeconômicas e suas respectivas consequências socioespaciais diante dos imperativos da escala global, para aqueles que participam das redes mundiais de modo subordinado, tal como a RMGV (MIRANDA, 2004). Ou seja, os territórios se veem sob a força dos “*proprietários ausentes*” (BAUMAN, 1999), uma separação entre controle e contextos locais que se dá mediante novas formas de deslocalização, de desterritorialização ou de extraterritorialidade e geradoras, nas escalas microrregional e local, de processos de reterritorialização de atividades e pessoas que colocam limitações e imposições aos instrumentos de planejamento e gestão do território. Soma-se a este quadro de maior complexidade da gestão do território, uma nova onda de investimentos econômicos de grande porte no estado, iniciada na década de 2000, capitaneados pelos setores de petróleo e gás, assim como a ampliação dos investimentos nos setores tradicionais vinculados à minero-siderurgia, à celulose e à logística portuária. Intensificam-se os investimentos já existentes e novos capitais transnacionais passam a ser atraídos, promovendo uma desconcentração concentrada destes investimentos e do sistema infraestrutural da Grande Vitória, que passam a extrapolar os limites da RMGV, mas para o entorno próximo, ao longo do litoral norte e sul do estado. Sem que ocorram mudanças socioeconômicas estruturais, o roteiro já aparenta ser conhecido. Intensificam-se e se espraiam também as rupturas geradas com a metropolização, incidindo agora mais fortemente sobre as cidades de médio e pequeno porte ao longo do litoral. Dessa maneira, ampliam-se as diferenciações e desigualdades regionais/microrregionais e são estabelecidos novos desafios para a gestão e o planejamento do território capixaba, que passam a ser explicitados a partir da análise da dinâmica urbano regional do estado.

## **As recentes transformações na dinâmica urbano regional do Espírito Santo**

Conforme indicação anterior, a passagem de uma formação socioeconômica rural para uma urbana ocorreu através de mudanças estruturais que reconfiguraram o espaço estadual. A dinâmica produtiva mais expressiva quantitativamente, no Espírito Santo, passou a se localizar na faixa litorânea entre os portos de Ubu - no litoral sul, município de Anchieta - e no litoral norte, na Barra do Riacho, no município de Aracruz. Essa faixa conforma um corredor logístico no qual a concentração industrial relacionada à siderurgia, setor mecânico, celulose, energia e transportes se articula ao complexo portuário e infraestrutural da RMGV. Tal condição impõe dois fatores estruturadores da lógica socioeconômica estadual que são a forte concentração espacial e setorial da economia capixaba.

A RMGV, composta por 7 municípios, sozinha concentra mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Espírito Santo, mais precisamente 56,5%. Os quatro maiores PIB municipais do estado estão todos localizados na Grande Vitória (Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica), que sozinhos concentram 53,8% do PIB total do estado (IJSN, 2011). A concentração da riqueza do estado nesta microrregião se intensificou durante toda a última década e, com exceção da Microrregião Litoral Sul, todas as demais Microrregiões diminuíram sua participação no PIB do estado entre os censos de 2000 e 2010.

Ainda em relação ao PIB, percebe-se que, além desta intensa concentração na RMGV, há uma concentração espacial da atividade econômica do Espírito Santo na faixa litorânea. Na sequência das microrregiões com maior relevância no PIB do estado, na segunda e terceira posição, encontram-se respectivamente as Microrregiões Litoral Sul (16,2%) e Rio Doce (8,3%) no litoral norte. As exceções entre os municípios com maior PIB do estado são os municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina que constituem municípios polos<sup>5</sup> das suas respectivas microrregiões.

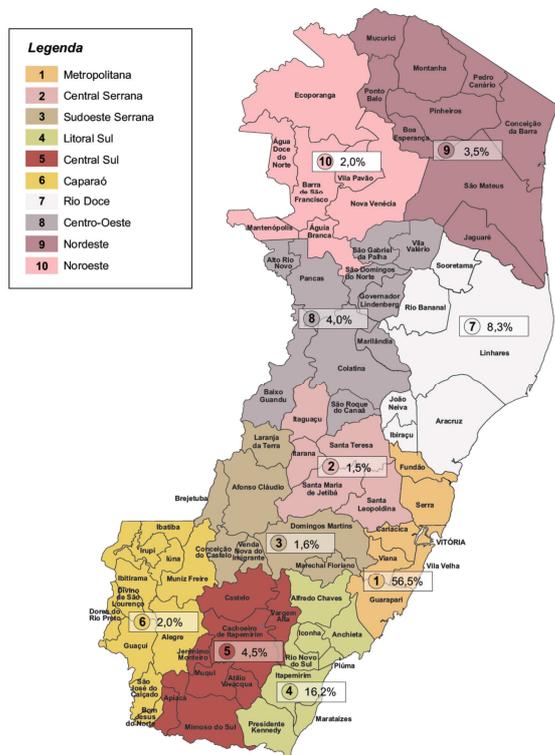
Setorialmente, também é marcante a concentração da dinâmica econômica estadual. Tem sido crescente a participação relativa dos segmentos produtores/exportadores de *commodities* intensivas em recursos naturais não renováveis, tanto no PIB capixaba quanto no Valor Adicionado da produção. Percebe-se a alta concentração da economia

<sup>5</sup> O Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025 (ES-2025) trabalha com a ideia de uma rede de cidades no estado, adotando as cidades de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus, Nova Venécia e a Grande Vitória como principais polos microrregionais desta rede. Os municípios de Aracruz e Anchieta são identificados como polos potenciais.

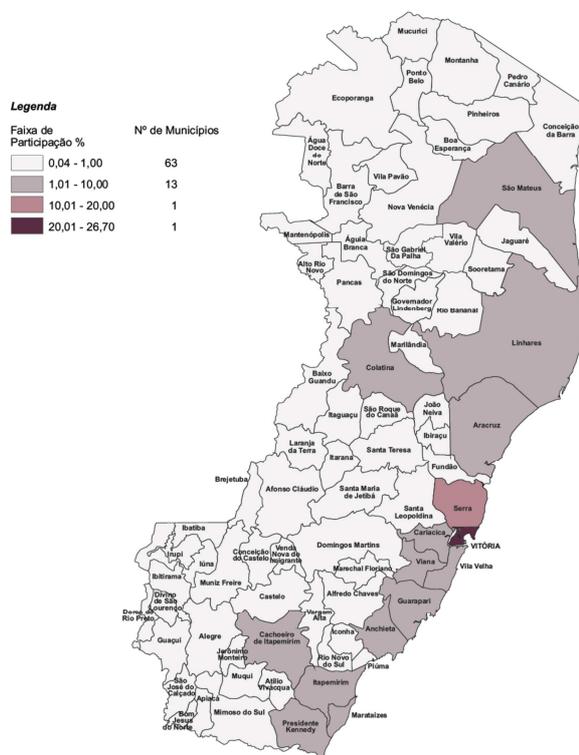


local, uma vez que apenas seis atividades são responsáveis por mais de 70% da geração de riqueza no Espírito Santo. Dentre as atividades mais importantes da economia estadual, a Industrial Extrativa Mineral e a Indústria de Transformação, juntas, representam cerca de um terço do total. Mais de dois terços do PIB capixaba refere-se à produção e/ou à circulação por seu território de minério de ferro, pellets de minério, aço, celulose e mármore e granito (MENDES et al., 2012).

Do ponto de vista demográfico, a lógica de concentração segue a mesma tendência, com a RMGV representando 48% da população total do estado no ano de 2010, seguido do Polo Cachoeiro (9,8%) e do Polo Linhares (8,3%), que se destacaram como as microrregiões mais populosas (IJSN, 2011). Além da RMGV, as duas únicas microrregiões que apresentaram crescimento foram o Polo Linhares e Litoral Norte. A Metrópole Expandida Sul manteve-se praticamente com a mesma representatividade e todas as demais microrregiões apresentaram decréscimo.



Mapa 1 - Participação Regional do PIB municipal – 2012  
Fonte: IJSN (2011)



Mapa 1 - Distribuição dos municípios, segundo faixa de participação no PIB estadual – 2012.  
Fonte: IJSN (2011)



No período de 2000 a 2010, a população do Estado cresceu em média 1,27% ao ano. Analisando as taxas médias geométricas anuais de crescimento das microrregiões do ES, foi possível verificar que as microrregiões Metropolitana, Polo Linhares e Litoral Norte apresentaram taxas superiores à registrada no estado, seguido da Microrregião Metrôpole Expandida Sul, um pouco abaixo da média do estado. A população da microrregião Polo Linhares apresentou o maior crescimento no período avaliado, correspondendo a um crescimento médio anual de 2,08%, superando até mesmo a RMGV. Em contrapartida, as microrregiões Noroeste I e Caparaó apresentaram as menores taxas do estado.

Mesmo as microrregiões polarizadas pelas maiores cidades localizadas no interior do estado (fora do litoral), Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, tiveram crescimento menor das suas microrregiões, respectivamente de 0,68% e 0,75%, o que demonstra a maior tendência de crescimento da região litorânea do estado em relação ao interior.

A análise da taxa de crescimento geométrico anual dos municípios isoladamente reafirma esta concentração do crescimento. Entre os dez municípios que apresentaram maior crescimento demográfico entre os anos de 2000 e 2010, oito estão situados ou na RMGV ou no litoral capixaba. Destes, quatro municípios localizados na RMGV (Fundão, Serra, Viana e Vila Velha), dois no litoral norte (Aracruz e Linhares) e dois no litoral sul (Anchieta e Piúma), municípios limítrofes em sequência à RMGV, o que indica certo espraiamento da população em direção à hinterlândia norte e sul da Grande Vitória.

O conjunto dos dados indica, segundo França et al. (2011) e IJSN (2011), que a distribuição da população capixaba assume uma tendência crescente de concentração populacional em municípios de maior porte. Esta concentração ocorre especialmente na RMGV e na faixa litorânea, enquanto os processos de diminuição do crescimento ou mesmo de esvaziamento tendem a ser verificados nos municípios do interior.

Com relação às cidades de porte médio e àquelas de menor porte, vale destacar: o papel desempenhado pela agropecuária modernizada, ainda fortemente concentrada em atividades ligadas à cafeicultura; a dinamização de arranjos produtivos de micro, pequenas e médias empresas ligadas a segmentos como vestuário, móveis, alimentos, mármore e granito; a concentração em algumas destas cidades de porte médio (Cachoeiro, Colatina, Linhares, Aracruz, Nova Venécia e São Mateus) de serviços urbanos ligados à educação, saúde, comércio e serviços bancários (MENDES et al., 2012).

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



No entanto, ainda de acordo com os autores supracitados, o crescimento em algumas destas cidades é sustentado por atividades de baixo valor agregado, que reforçam a dependência do estado em relação aos recursos naturais não renováveis (como exemplo a extração de mármore e granito) e/ou ainda, geradoras de efluentes que prejudicam a qualidade ambiental e que “mantêm e/ou ampliam assimetrias econômicas e sociais no espaço capixaba” (MENDES et al., 2012).

O interior do estado (compreendido os municípios a oeste da BR 101) é hoje um território que ampliou sua diversidade, especialmente na agricultura. Mesmo o café ainda sendo predominante, atividades como a fruticultura, a silvicultura, a avicultura, hortifrutigranjeiros, dentre outros, complementam e possibilitam maior sustentabilidade à propriedade familiar.

Cabe ressaltar que a importância do setor primário no Espírito Santo diminuiu apenas relativamente, principalmente quando se considera a geração de emprego e renda para a população dos municípios de pequeno porte, que representam 35% da população do estado e 74% do território capixaba (MACEDO 2005 apud FRANÇA et al., 2011). Esses pequenos avanços indicados, bem como a relevância que os setores não relacionados aos projetos industriais de grande porte assumem para o interior, devem servir para uma reflexão sobre a capacidade de recuperação de tais regiões, mas também para uma visão crítica a respeito dos novos desafios a serem enfrentados no desenvolvimento capixaba.

Com relação à hierarquia da rede urbana capixaba, tal rede encontra-se muito relacionada às suas raízes históricas, que remetem a implantação de projetos industriais de grande porte. Ruiz (2013) avaliando os possíveis impactos na organização desta rede, a partir da carteira de investimentos previstos para o estado, confirma a sua rigidez e a polarização: rede extremamente hierarquizada e polarizada, com poucos polos de maior magnitude e um grande conjunto de pequenas e médias cidades, que determina a fragmentação do território capixaba, com um diferencial significativo entre os polos. Conclui que somente mudanças estruturais poderão alterar o cenário regional capixaba, pois: “as estruturas produtivas municipais são muito especializadas e as taxas de crescimento setorial, por mais variadas que sejam, não favorecem a desconcentração” (RUIZ, 2013, p. 118).

No intuito de identificar novos e antigos processos socioeconômicos relacionados à dinâmica urbano regional estadual, França et al (2011) estabelecem 3 tipos de situações de

caráter analítico: os aglomerados urbanos tradicionais consolidados, as novas áreas dinâmicas e as áreas estagnadas no estado, que se destacaram na década de 2000.

De acordo com França et al (2011), entre os aglomerados urbanos tradicionais (RMGV, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares e São Mateus), embora seja claro o papel centralizador da RMGV na rede urbana capixaba, sob diversos aspectos, há uma tendência que outras regiões participem cada vez mais das dinâmicas até então restritas majoritariamente a Grande Vitória. Sobretudo, em virtude das dinâmicas urbanas industriais provocadas pelos investimentos nos setores de petróleo e gás, minero-siderurgia e infraestrutura logística portuária que se espriam em direção ao litoral norte e sul do estado. Uma primeira constatação a ser considerada é a tendência à inversão dos papéis entre a região norte e a sul do estado, tradicionalmente consideradas, a primeira, a região mais pobre do estado e a segunda mais dinâmica economicamente. Observa-se uma perda de peso relativo do município de Cachoeiro de Itapemirim, no Sul, em relação a alguns municípios localizados no norte como Linhares, São Mateus e Nova Venécia (FRANÇA et al, 2011). Esta situação parece se consolidar em função de alguns fatores: pelo crescimento do setor de rochas ornamentais na região norte, centralizado pelo município de Nova Venécia; o crescimento das atividades relacionadas ao setor de petróleo e gás ao longo do litoral capixaba; à atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>6</sup> no norte do estado.

Situação similar ocorre com a cidade de Colatina, Noroeste do ES, que apresenta uma previsão de investimentos pouco significativa no montante do estado e que se equipara com a de outras microrregiões que não contêm centros urbanos polarizadores, como o Extremo Norte. Ainda com relação aos aglomerados urbanos tradicionais, conforme os supracitados autores, Linhares<sup>7</sup> e São Mateus<sup>8</sup>, foram os que mais aumentaram sua participação relativa, indicando serem alguns dos municípios mais promissores da rede urbana capixaba.

<sup>6</sup> A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, como promotora do desenvolvimento sustentável do Nordeste, incluindo municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, tem como principais instrumentos de ação: incentivos e benefícios fiscais; Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE; Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE que visam assegurar recursos para a realização de investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos na sua região de atuação.

<sup>7</sup> Linhares é o município fora da RMGV com maior número de empresas entre as 100 maiores do estado e o que mais cresceu sua participação neste ranking entre 1999 e 2007. A microrregião



Estes fatos têm gerado oportunidades de fortalecer o setor de serviços e consolidar a cidade como polo regional, atendendo inclusive parte do sul do estado da Bahia, que está na área de influência do Espírito Santo.

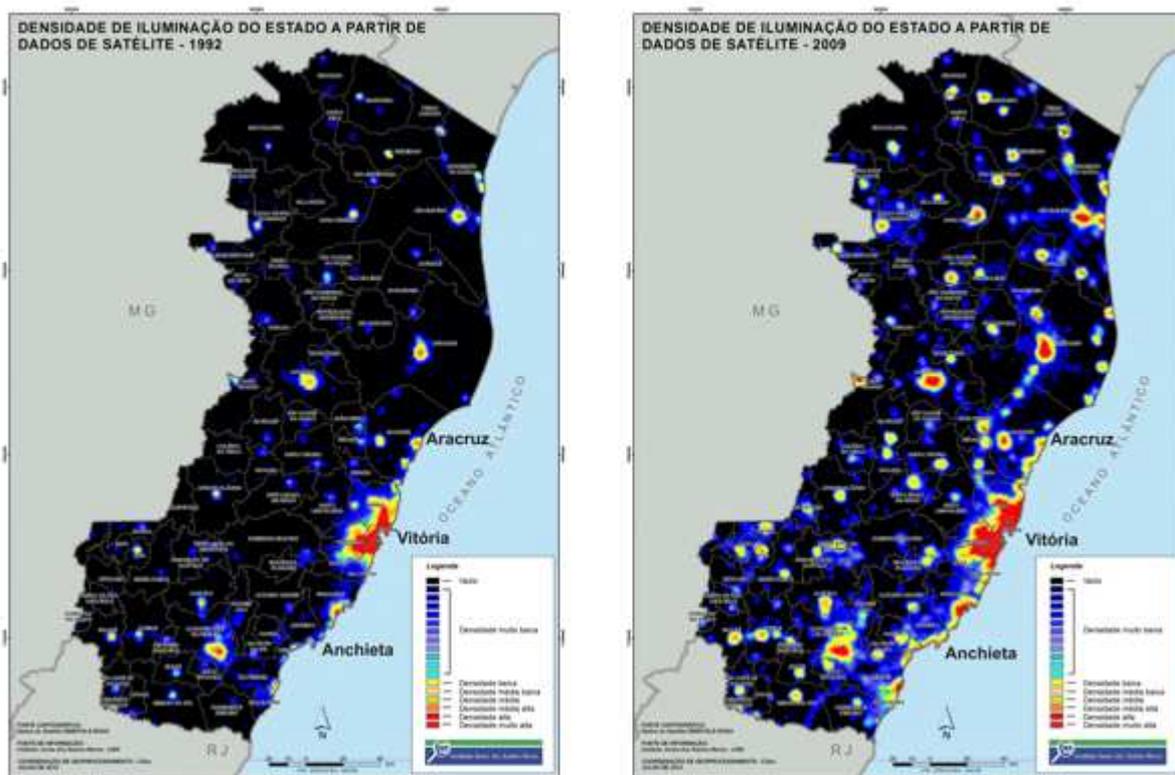
Os municípios de Nova Venécia, Anchieta e Aracruz, também segundo França et al. (2011), podem ser considerados como novas áreas dinâmicas do estado pela consolidação e previsão de investimentos dos setores público e privado que apontam para novas polarizações em torno destes municípios. O destaque de Nova Venécia no noroeste do estado fica por conta da consolidação do setor de extrativismo e beneficiamento do granito. Aracruz, situada no litoral sul, e Anchieta, no litoral norte, destacam-se pelo incremento das cadeias produtivas já existentes relacionadas à celulose/papel e minero-siderurgia, respectivamente, aliado às atividades portuárias e petroleiras que vêm se intensificando nos últimos anos. Aracruz recebe destaque também pela recente implantação do Estaleiro Jurong Aracruz (EJA), que passou a operar no ano de 2014, inicialmente para a construção de navios-sondas para a indústria do petróleo e que tem promovido mudanças socioeconômicas profundas no município e no seu entorno.

Todavia, mais do que novas cidades-polo do Espírito Santo, os municípios de Anchieta e Aracruz, pela proximidade que apresentam da RMGV, pelo seu porte e suas dinâmicas econômicas bastante integradas ao sistema infraestrutural da Grande Vitória parecem caminhar, cada vez mais, no sentido de uma maior integração com a expansão da Região Metropolitana da Grande Vitória. Verifica-se uma dispersão e fragmentação urbana, bastante consolidada ao longo do eixo rodoviário litorâneo (Rodovia do Sol), como pode ser evidenciado pelas imagens de densidade de iluminação nos anos de 1992 e 2009 a seguir.

---

polarizada por Linhares foi a segunda em termos de investimentos concluídos no Espírito Santo, entre 2008 e 2011, totalizando 16,2 bilhões em investimentos, ficando acima da RMGV (11,9 bilhões) e próximo do Litoral Sul (19,5 bilhões concentrado principalmente no setor de petróleo e gás natural) que liderou no montante dos investimentos (IJSN, 2013a).

<sup>8</sup> São Mateus é polarizador do extremo norte do estado. Além da força de setores tradicionais da economia do município como a silvicultura, o petróleo e gás natural, nos últimos anos, o município tem se destacado por atrair investimentos relacionados a uma nova cadeia produtiva no estado, a saber, o setor automotivo, com a implantação da primeira montadora de micro-ônibus no Estado, com uma unidade da Marcopolo que tem atraído outros investimentos ligados ao setor para o município.



**Mapa 3 - Densidade de iluminação do estado a partir de dados de satélite nos anos de 1992 e 2009.**

Fonte: IJSN.

Algumas microrregiões do estado foram caracterizadas como estagnadas<sup>9</sup>, de acordo com França et al. (2011), com destaque para alguns municípios da região serrana do estado, que compõem as microrregiões Caparaó e Sudoeste Serrano. Tais municípios apresentam como principais atividades econômicas a pecuária e a cafeicultura, alguns com a presença de expressiva cobertura natural preservada e forte potencial turístico relacionado ao Parque

<sup>9</sup> Para caracterizar um município como estagnado, foram avaliados os seguintes critérios: i) perda de população entre os censos de 2000 e 2007; ii) posição e evolução entre os dez menores municípios quanto à população em 2007; iii) perda de participação no VA estadual nos três setores da economia entre 2002 e 2007; e iv) posição e evolução entre os mais baixos PIB municipais do Espírito Santo entre 2002 e 2007. Para ser caracterizado como estagnado, o município teve que ter uma avaliação negativa em ao menos um indicador demográfico e um indicador econômico. Os municípios foram divididos quanto à microrregião administrativa em que se situam. Nesse sentido, a análise foi realizada a partir da microrregião como um todo (FRANÇA et al., 2011).

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



Nacional do Caparaó e ao agroturismo, bastante consolidado em alguns municípios mais dinâmicos destas microrregiões.

Complementando as microrregiões consideradas estagnadas por França et al. (2011), temos uma parte do norte do estado, sobretudo o extremo norte e o noroeste do Espírito Santo. Além da maior concentração de pobreza nesta região, a perda do peso relativo de Colatina na rede urbana capixaba e a forte concentração dos investimentos no litoral agravam esse quadro. Apesar do destaque que o setor de rochas ornamentais assume no noroeste, ainda de acordo com França et al. (2011), este não vem se traduzindo em melhoria de vida da população. Na Microrregião Polo Cachoeiro, apesar da relevância que esta cidade apresenta para o ES, alguns municípios em sua área de influência apresentam sinais de estagnação e a situação de toda a microrregião parece estar sendo afetada, conforme indicado anteriormente, por um maior dinamismo da região norte do estado e a priorização dos investimentos de maior porte público e privado na RMGV e no litoral do ES. Com base na breve contextualização da dinâmica urbana regional do Espírito Santo algumas ressalvas necessitam ser feitas, bem como algumas considerações a respeito das tendências indicadas.

Poucos são os estudos que têm se aprofundado sobre a análise da dinâmica urbana regional no Espírito Santo, relacionando as profundas transformações socioeconômicas ocorridas no estado nas últimas décadas e os seus rebatimentos nas microrregiões e na sua rede de cidades. Foi identificada que boa parte da produção nesta área tem se concentrado em estudos ou trabalhos demandados por instituições relacionadas ao Poder Público. Nestes casos, percebe-se uma ênfase nos aspectos econômicos e quantitativos do desenvolvimento capixaba. Nesta perspectiva, tende-se a enfatizar as “regiões dinâmicas” como aquelas vinculadas à presença do grande capital, neste caso, concentrada predominantemente na RMGV e mais recentemente, no litoral sul e norte capixaba. É mantida uma limitadora e excludente postura de vincular as regiões estagnadas/atrasadas do estado, com as áreas fortemente dependentes do setor agropecuário, sobretudo aquelas com forte presença da agricultura familiar, ou relacionadas a pequenos arranjos produtivos locais, mesmo considerando a representatividade de tais setores para o estado.

É fato que o maior dinamismo e crescimento econômico identificado em determinadas microrregiões do Espírito Santo, vinculadas aos investimentos econômicos de grande porte,

não está sendo acompanhado, necessariamente, da melhoria da qualidade de vida e ambiental nos respectivos territórios afetados. Ao contrário, como demonstra Ferreira (2016), evidencia-se a brutalidade da imposição deste processo de utilização desproporcional do território por parte das corporações, assim como a necessidade cada vez maior de se apropriar de novos territórios, produzindo novas periferias, (des)territorializando e (re)territorializando populações, gerando degradação e desastres ambientais, cotidianos empobrecidos, desvinculados de suas raízes, submetidos à violência imposta por este modelo de desenvolvimento pautado pelo controle, uso material e político do território pelas grandes corporações.

Da mesma forma, cabe ressaltar que a análise regional/microrregional, por vezes, esconde mudanças ou aspectos significativos da escala local, que não são captados pelos dados utilizados nestas macroanálises. Como exemplo, pode ser citado o caso da microrregião Extremo Norte do Espírito Santo que, de acordo com França et al. (2011), apresentam os municípios de Mucurici e Ponto Belo como estagnados situados na lista dos menores PIBs e contingentes de população do ES, que, juntamente com Montanha, perderam participação no setor primário estadual, sinalizando um quadro nada animador para a microrregião.

No entanto, um olhar pormenorizado sobre tais municípios pode evidenciar outras realidades, conforme aponta o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS, 2008) dos municípios daquela microrregião. De acordo com o estudo e visitas de campo, o município de Mucurici desponta como uma boa referência de gestão, tendo conseguido implementar mudanças significativas a nível local, mesmo dentro de um quadro de fortes limitações orçamentárias, técnicas e de representatividade regional e estadual do município. Vem servindo de referência para ações de desenvolvimento de outros municípios vizinhos como Ponto Belo, Montanha, além de ações comuns que têm se desdobrado em esforços cooperativos regionais como é caso da Associação dos Municípios para o Desenvolvimento Sustentável do Extremo Norte Capixaba – Consórcio Prod Norte. Desta forma, é importante ter clareza, nesta leitura realizada da rede urbana capixaba que, conforme aponta Corrêa (2007), os processos de diferenciação socioespacial manifestam-se de modo distinto em cada escala. Ou seja, cada escala indica objetos e ações próprias a essa escala.

O desafio da interiorização do desenvolvimento no estado do Espírito Santo, permanece como uma constante retórica no discurso oficial, ao passo que as novas dinâmicas

estabelecidas pelo ciclo de investimentos de grande porte que o estado tem vivenciado, fortalece e intensifica as desigualdades regionais, a disparidade e fragmentação da rede de cidades capixaba.

### **Considerações finais**

Acompanhando a economia brasileira, a economia capixaba se inseriu na lógica desenvolvimentista baseada na industrialização e urbanização nos anos 1970. Tal modelo gerou no Espírito Santo uma territorialização do capital, concentrado principalmente na RMGV, aliado à desterritorialização e, muitas vezes, ao desaparecimento de formas tradicionais de produção e suas comunidades tais como a agricultura camponesa, as comunidades indígenas e as quilombolas, do interior do estado, proporcionando, dentre outros impactos não menos importantes, a concentração fundiária, a perda de diversidade, o esvaziamento das áreas rurais e, conforme já mencionado, a concentração urbana. A desigual distribuição espacial desta dinâmica econômica ocorrida no Espírito Santo, em especial na Grande Vitória produziu, no âmbito territorial, desequilíbrios e descompassos em nível regional, micro regional e intra-urbano.

Como resultante da sua metropolização, houve a precarização das condições de vida de uma grande parcela da população da RMGV, assim como transformações e impactos diversos envolvendo as dimensões econômica, social, ambiental e cultural. Desse modo, no âmbito político-econômico a consolidação de empresas ligadas aos projetos industriais de grande porte no Espírito Santo passou, como “Centros de Poder”, a influenciar diversos aspectos da sociedade capixaba.

Aliado a intensificação do processo de globalização econômica no país, a partir do modelo de integração competitiva, alimentado e impulsionado pela financeirização da economia mundial consolida-se um novo ciclo de investimentos econômicos de grande porte no Espírito Santo. Este ciclo, que é motivado pelo crescimento da demanda por commodities no mundo e pela consolidação da indústria do petróleo e do gás natural no estado, aponta para significativas transformações socioespaciais e novos níveis de subordinação do território capixaba em relação aos “Centros Poder”.

Nesta busca incessante pela integração na economia globalizada, um dos fundamentos centrais é a construção da fluidez do território que possibilita a articulação com as várias

escalas do local ao global. Um dos elementos centrais desta fluidez é o controle do território, base do poder das corporações e também do Estado.

A lógica estabelecida pelas grandes empresas arrasta, por meio de cooperações e conflitos, outros atores: empresas menores, o comportamento do poder público e da sociedade, indicando formas de ação subordinadas que envolvem a vida econômica, social e territorial. É dentro deste quadro, que parece se situar, o terceiro ciclo de investimentos de grande porte da economia do ES, que mantém os fatores estruturadores da lógica socioeconômica estadual, a saber, a forte concentração espacial e setorial da economia capixaba, altamente dependente de poucos setores econômicos, direcionados para atender prioritariamente o mercado externo. Isto implica em manter a patente fragilidade estrutural da sua economia, determinada pela restrita diversificação produtiva, sustentada basicamente em recursos naturais não renováveis, limitada base tecnológica-científica e de serviços modernos.

Dentro dos propósitos deste artigo a abordagem procura demonstrar que as diferenças socioespaciais que se apresentam na rede urbana capixaba constituídas simultaneamente como reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista, são resultantes de práticas e processos econômicos e conseqüentemente espaciais em distintas escalas, que cristalizam no território estadual uma clara distinção, neste caso, ressaltada entre o litoral e o seu interior. Tal diferenciação é expressa por características historicamente constituídas, assim como por algumas tendências recentes que têm sido identificadas na dinâmica urbana e regional:

- ✓ manutenção e fortalecimento de características da economia estadual concentrada setorialmente (exportação de commodities) e espacialmente (RMGV e litoral);
- ✓ consolidação dos principais polos estaduais, com a intensificação desta polarização, principalmente na RMGV e no litoral norte em função da carteira de investimentos do estado, da política de incentivos e do modelo de gestão adotado pelo poder executivo do Espírito Santo;
- ✓ movimento de espraiamento do processo de metropolização em direção aos municípios de Aracruz (litoral norte) e Anchieta (litoral sul), por conta do incremento das atividades industriais e portuárias nestas localidades, de características locais articulado a um processo de dispersão e fragmentação urbana que se consolida ao longo dos eixos rodoviários litorâneos e a BR-101.



- ✓ fragilidade das políticas públicas construídas e operacionalizadas no sentido de atrair para o interior do Espírito Santo atividades de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação em áreas afins às potencialidades locais, bem como para a melhoria do acesso à educação de qualidade e inclusiva, à saúde e de atividades de lazer e cultura para o interior do estado.

Tais tendências sinalizam para a necessidade de uma análise integrada da transformação socioespacial porque passa esta faixa do território capixaba, em função dos investimentos econômicos de grande porte que vêm se instalando no litoral demarcados pela intensificação das relações capitalistas globalizadas, sobretudo por meio das grandes corporações multilocalizadas, que exercem amplo e diferenciado controle sobre o território, influenciando de maneira determinante o planejamento e a gestão territorial do Estado.

## Referências Bibliográficas

ABE, André Tomoyuki. **Metropolização da Região da Grande Vitória**. Tese de Doutorado, FAU/USP. São Paulo, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. RJ: Zahar. 1999.

BRISSAC, Nelson (coordenação). **MG-ES um sistema infraestrutural**. Pesquisa inicial da região. Centro Universitário do Leste de Minas Gerais - UNILESTE MG / Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG / Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2004. In: [http://www.pucsp.br/artecidade/mg\\_es/pesquisa/parte05\\_MG\\_ES1.pdf](http://www.pucsp.br/artecidade/mg_es/pesquisa/parte05_MG_ES1.pdf). Página consultada em 17 de junho de 2014.

DARÉ, Raquel. **A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

FERREIRA, Giovanilton A. C.. **A lei no plano e o plano na lei: Convergências, divergências e silêncios na constituição do território corporativo capixaba**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2016.

FRANÇA, Caroline J. de et al. **Espírito Santo: Dinâmica urbano-regional do estado**. In: PEREIRA, Rafael H. M. e FURTADO, Bernardo A. Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: IPEA, 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Demografia e urbanização: o Espírito Santo no censo 2010**. Vitória, Espírito Santo, 2011.

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Investimentos concluídos no Espírito Santo 2008 – 2011.** Vitória, Espírito Santo, 2013.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Expansão urbana, segregação e violência:** um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: EDUFES, 2011.

MENDES, André da Silva et al. **Elementos caracterizadores da concentração econômica no Espírito Santo.** Vitória, 02 ago. 2012. Disponível em: <https://economiecapixaba.wordpress.com/2012/08/02/elementos-caracterizadores-da-concentracao-economica-no-espírito-santo/>. Acessado em 31/08/2015.

MIRANDA, Clara Luiza. **Dispositivos Territoriais das Redes Mundiais.** Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2004.

RUIZ, Ricardo M. **A rede de cidade do Espírito Santo: polarização e desafios para as políticas públicas.** Revista Geografares, nº 15, dezembro, 2013 p. 98-138. In: <http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/viewFile/5558/4618>. Acessado em 19/06/2015.

SIQUEIRA, Maria da Penha. **Industrialização e Empobrecimento Urbano: o caso da Grande Vitória – 1950 a 1980.** Vitória: EDUFES, 2001.

VILLASCHI, Arlindo (org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento.** Vitória: Flor & Cultura, 2011.